



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00035

Brasília, 19 de abril de 2017.

Objetivo da reunião: Acompanhamento de projeto PJe

Horário e local: 10h - CJF Sala 201

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Jones Cardoso de Melo Filho	ASSESSOR B	ASTEC-STI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Marcus Aurelius Soares de Araujo	DIRETOR DE DIVISÃO	DIPOJ
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador Comitê-Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Diretor Núcleo PJe	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
David Bacelli Panessa (dbacell@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - AGES	TRF3
Fabio Rodrigo Cuzzatti	Diretor da Divisão de Sistemas do Juizado Especial Federal	TRF3



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1543987-4144 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental: 40.07.04.04



CJFMRU201700035A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Jader Carlos Videira (jvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas	TRF3
Christian Ramos Prange (crp@trf4.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF4
Theo Ferreira Franco (tff@trf4.jus.br)	Seção de Integração de Sistemas Judiciais	TRF4
Telma Roberta Vasconcelos Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF5
Laureano de Lyra Montarroyos Filho (laureano@trf5.jus.br)	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5
Fernanda Bezerra Cavalcanti Marques Montenegro (fmmontenegro@trf5.jus.br)	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5

Pauta

1. Pendências da última reunião

a) Orçamento PJe - Prestação de contas 2016 e planejamento 2017. Ivan ponderou sobre o destaque dado pela Administração do CJF e do CNJ sobre a necessidade de detalhar a prestação de contas dos recursos orçamentários do Projeto PJe. Dr. Marcelo questiona sobre requisitos para o detalhamento da prestação de contas e solicita ao Ivan que verifique qual o nível necessário de detalhamento. André informa sobre o fluxo de verificação da execução financeira para as aquisições e contratações de previstas no PDTI. O TRF5 informa que os recursos recebidos serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento da versão 2.0, inclusive as despesas com a fábrica de software. A estratégia do TRF5 é adotar a versão 2.0 do PJe para substituir o Sistema Creta, utilizado nos juizados especiais federais. O Comitê delibera, por unanimidade, detalhar as despesas destinadas ao PJe no plano de TI, bem como que a utilização dos recursos orçamentários de 2017 sejam utilizados exclusivamente em ações relacionadas ao desenvolvimento, implantação e uso do PJe, versão nacional 1.7x ou 2.0 do PJe. b) Resultado do contato com o TJDFT sobre resultados do trabalho de homologação naquele tribunal: Leonardo relatou contato com TJDFT, que encaminhou a documentação da homologação com problemas identificados. A documentação foi encaminhada, por e-mail, à CTN e ao Comitê Gestor, em 27/3/17. Leonardo informa que a CTN não deu retorno sobre a mensagem enviada. Dr. Marcelo questiona sobre os testes de homologação nos tribunais: TRF1, Yuri informa que há problemas de infraestrutura, mas está em andamento a solução, estando atrasada a fase de homologação da versão 2.0 do PJe. Leonardo informa o andamento no TRF2, mas não teve acesso, ainda, ao ambiente de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

homologação, mas assim que conseguir acessá-lo dará início à homologação. TRF3, David informa que possuem ambiente de homologação para o 1º Grau e, que para o 2º Grau ainda não foi concluída a instalação. Pelo que já se verificou no sistema surge a preocupação por não haver possibilidade minutar em lote. Laureano do TRF5 informa que foi reportada em 2016 a dificuldade na instalação e o suporte do CNJ. Relata que os progressos são lentos e não possuem ambiente de homologação na versão nacional do PJe instalada. Viviane da TNU relata que a homologação é lenta em vista de somente uma pessoa estar atuando na homologação e na correção da versão 1.7x e ajustes nos fluxos. Por fim, conclui-se que somente a TNU e o TRF3 estão realizando a homologação da versão 2.0. TRF3 e TRF5 ponderaram necessitar de apoio. O TRF3 informa que já demandou do CNJ por meio de ofício e de mensagens eletrônicas. Dr. Marcelo solicitou ao André Chiaratto que atue junto ao CNJ para a obtenção do apoio necessário. Informa que o CNJ solicitou a formalização do pedido. O TRF1 informa que, no momento, não necessita de suporte do CNJ. O TRF3 informa sobre vara federal que possui PJe, mas apresenta dificuldade para acesso do magistrado que é portador de deficiência visual. Dr. Marcelo solicita que o TRF3 encaminhe cópia do expediente enviado ao CNJ para se somar ao pedido da Justiça Federal que será encaminhado àquele Conselho. c) Edimilson informa que foi criada lista de discussão para compartilhamento de problemas identificados e soluções desenvolvidas. A lista será gerenciada pela coordenação do grupo de trabalho.

2. Priorizar Issue sobre armazenamento do PJe (storage/jcr). TRF1

Yuri detalhou a issue 23059 que se destina a tornar o backup mais rápido. Deliberado por devolver a issue ao CNJ com pedido de prioridade no atendimento.

3. Proposta orçamentária para 2018

Edimilson informa que no mês de abril deve ter início a elaboração da proposta orçamentária para 2018 e que assim que forem disponibilizadas as planilhas de coleta disponibilizará aos TRFs. Informa, ainda, que está sendo atualizada as informações qualitativas da ação orçamentária.

4. Composição e início das atividades do Grupo de Trabalho; Avaliação da imersão

Jones faz relato sobre a imersão, dando conta de que todos os participantes estão aptos a receber demandas e que a atividade foi muito bem-sucedida. Dr. Marcelo sugere que o grupo capacitado se reúna periodicamente em Brasília para desenvolvimento do PJe dedicando-se, prioritariamente, às issues do próprio tribunal. As reuniões presenciais são importantes, principalmente para os participantes que estão nas seções judiciárias e não dedicados exclusivamente ao PJe. Jones informa que o atendimento das demandas será a partir do cadastro no JIRA. Jones sugere que os servidores do grupo de trabalho que não atuam diretamente no desenvolvimento participem de cursos de parametrização, com vistas à melhoria do desempenho de suas funções. Jones sugere designar um líder técnico em cada regional que ficaria responsável pela distribuição das tarefas. Dr. Marcelo propõe que o grupo reúna por uma semana por mês ou a cada dois meses em Brasília para desenvolvimento do PJe e para que não se perca o conhecimento adquirido, também, para que se motive os desenvolvedores a se manterem atualizados e envolvidos nos trabalhos do grupo. Os desenvolvedores que já possuem expertise não precisariam vir a todos os encontros presenciais. Jones informa que a estratégia é realizar o acompanhamento do desempenho do grupo de trabalho remotamente e excepcionalmente realizar encontros presenciais. Barbosa entende que, inicialmente, é fundamental que se reúnam por uma semana, uma vez por mês.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ivan ressalta a importância dos magistrados aos quais os servidores do grupo de trabalho estão vinculados, no caso das seções judiciárias, se comprometam com a liberação dos mesmos. André e Marcos Barbosa salientaram a necessidade de um grupo operacional de negócio para dar suporte ao grupo de trabalho de desenvolvimento. Dr. Marcelo sugere que um ou dois servidores da área de negócio participem das reuniões presenciais para darem suporte negocial ao grupo de desenvolvimento. As indicações dos membros do grupo operacional de negócio seriam feitas pelos membros da Comissão Técnica de Negócio - CTN. Leonardo ressalta a necessidade de as solicitações de indicações ao TRF2 sejam feitas formalmente como forma de aporte político naquele tribunal. O Comitê delibera: a) solicitar indicação dos TRFs para o grupo operacional negocial; b) realizar reunião presencial do grupo de desenvolvimento na última semana de maio, não necessariamente todo o grupo e com a participação de membros da CTN ou de representantes da área de negócio, verificando opções de recursos para trazer representantes do TRF3, visto que o orçamento daquele tribunal já está todo alocado, sem possibilidade de remanejamento (estima-se oito encontros em 2017 e há a possibilidade de remanejamento de recursos orçamentários entre os tribunais); c) demandar ao CJF verificar a possibilidade de destinar recursos orçamentários adicionais ao Projeto PJe, especificamente para o TRF3; d) caso o TRF2 não apresente até o final de julho o cronograma objetivando a implantação do PJe na 2ª Região seja realizado estudo visando o remanejamento de recursos orçamentários do PJe daquele Tribunal para o CJF ou para os demais tribunais de modo a otimizar a execução orçamentária do projeto.

5. Observatório da Estratégia da Justiça Federal. Paineis PJe

Edimilson informa sobre o novo sistema para coleta mensal de dados estatísticos de implantação do PJe e que serão publicadas informações orçamentárias. Propõe a adoção de novo indicador de implantação: Número de ajuizamentos no Sistema PJe. O Comitê, por unanimidade, concordou a implementação da proposta.

6. Relato da implantação do PJe nas Regiões

TNU: Informa que existem aproximadamente 20 mil processos no PJe/TNU e que na próxima semana será realizada a 1ª Sessão do Colegiado. TRF1: Expansão para todas as classes cíveis, exceto execução fiscal, execução de título extrajudicial e juizado especial federal, em TO, RO, MA em abril e, a seguir, BA, MG, com previsão de implantação a todas as subseções até junho de 2017, com exceção das 32 que têm restrição de link. Quantitativos: 1ª grau 40.341, 2ª grau 11.811. Total 52.152. TRF3: Quantitativos: 1ª grau 37.111, 2ª grau 12.801. Total 49.912. TRF5: Concluída a implantação nas classes obrigatórias. Próximas ações migração dos processos do sistema CRETA e migração dos processos físicos para o eletrônico. Acrescenta que não houve relatos de problemas na remessa de processos, via MNI, para a Fazenda Nacional.

7. Próxima reunião

Dia 09 de maio de 2017, às 10h.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Verificar junto ao CNJ os requisitos para o detalhamento da prestação de contas que os tribunais deverão apresentar.	Ivan Gomes Bonifácio	28/04/2017
1.2	Solicitar ao CNJ apoio para a implantação da versão 2.0, especialmente para a TNU, TRF3 e TRF5.	Secretaria Executiva	28/04/2017
2.1	Devolver issue 23059 ao CNJ	Secretaria Executiva	28/04/2017
4.1	Solicitar aos tribunais, exceto TRF4, a indicação para o grupo negocial	Secretaria Executiva	05/05/2017

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS e EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1543987-4144 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

